



Título : Sexo e Género, Masculinidades, Feminilidades e Sexualidades: uma outra visão sobre as relações sociais de género e de poder

Autor/es: Custódia Rocha

Procedencia: Universidade do Minho. Braga. Portugal

Resumen:

Muitos estudos sociológicos efectuados sobre a problemática sexo/género reforçaram as barreiras do diferencialismo humano como forma natural de organização social, consolidando a ideia de que o feminino e o masculino, enquanto estruturas biológicas diferentes e para sempre geneticamente determinadas, são mundos perfeitamente diferenciáveis, mundos à parte.

Outros estudos sociológicos abordam predominantemente a questão de como se mantêm e reproduzem as relações assimétricas de poder entre os homens e as mulheres, em vários domínios da vida social, raramente existindo a preocupação em assinalar como tais relações assimétricas podem ser alteradas, raramente convocando efectivas formas de resistência aos discursos dominantes sobre sexo, género e poder.

Nesta análise, rejeita-se o determinismo biológico que assiste à diferenciação naturalista e assimétrica entre homens e mulheres, explica-se como a distinção teórica entre sexo e género foi de grande importância no que respeita ao quebrar dos alibis naturalistas da dominação masculina mas não se reforça essa distinção em termos dicotómicos e, por isso, novamente essencialistas. Pelo contrário, defende-se que o biológico e o social estão em interacção e que, então, mais do que falar em sexo e/ou em género, isoladamente, urge falar nas inúmeras relações sociais e de sexualidade que entre as masculinidades e as feminilidades e no seu seio se estabelecem.

Afinal, o(s) género(s), tal como o(s) poder(es) e a(s) sexualidade(s) não são simples estruturas normativas para sempre definidas mas são sim relações de género, de poder e de sexualidade que abrangem uma multiplicidade de configurações nas quais as feminilidades e as masculinidades, pela acção de desconstrução das dicotomias e de repolitização do social e do íntimo, podem engendrar outras relações de género, de poder e de sexualidade que não lhes reduzam as suas hipóteses de vida.

Sexo e Género, Masculinidades, Feminilidades e Sexualidades: Uma outra visão sobre as relações sociais de género e de poder

Custódia Rocha

Muitos estudos sociológicos, entre outros, efectuados sobre a problemática *sexo/género* reforçaram as barreiras do diferencialismo humano como forma natural de organização social, consolidando a ideia de que o feminino e o masculino, enquanto estruturas biológicas diferentes e para sempre geneticamente determinadas, são mundos perfeitamente diferenciáveis, mundos à parte.

No âmbito da sociologia clássica, Auguste Comte, por exemplo, não deixa de argumentar a favor da hierarquia dos sexos: Entre o homem e a mulher existem “diferenças radicais tanto físicas como morais que em todas as espécies animais e sobretudo na raça humana os separam profundamente um do outro”. A mulher, devido à sua “infantilidade biológica” que se traduz numa “fraqueza intelectual”, está muito longe de alcançar o “tipo ideal da raça”. Por isso, os papéis sociais desempenhados pela mulher somente podem ser o de dona de casa e o de esposa. “Nem a direcção nem a educação lhe convêm” (cit. por Beauvoir, 1976a: 190).

Na obra *O Suicídio* (1989: 352, original de 1897) Émile Durkheim hierarquiza os sexos estabelecendo uma oposição entre o *privado* (como âmbito de actuação das mulheres) e o *público* (como âmbito de actuação dos homens). Diz o autor: “A sua sensibilidade [da mulher] é muito mais rudimentar que desenvolvida. Como vive mais que o homem fora da vida comum, a vida comum penetra-a menos: a sociedade é lhe menos necessária porque está menos impregnada pela sociabilidade. Tem poucas necessidades que precisam de ser satisfeitas por este lado, e contenta-as com pouco custo. Com algumas práticas de devoção, alguns animais de que cuidar, a velha menina tem a sua vida preenchida [...]. É um ser social mais complexo [...], a sua estabilidade moral depende de mais condições” [e, é por isso] que se perturba tão mais facilmente”.

Jean-Jacques Rousseau, apesar de defender um contrato social em que o ideal democrático possa garantir a igualdade e a liberdade dos indivíduos, na sua obra *Émile* (s/d: 539, original de 1762), e num contexto em que as primeiras feministas liberais exigiam a igualdade entre homens e mulheres, concluiu: “Toda a educação das mulheres deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes úteis, fazerem-se amar e honrar por

eles, educá-los em jovens, tratá-los em adultos, aconselhá-los, consolá-los, tornar-lhes a vida agradável e doce, eis os deveres das mulheres em todas as épocas”.

A ideia da natureza binária das categorias sexuais está implícita na investigação sociológica, sobretudo na de cariz funcionalista. Esta ideia está patente, por exemplo, na obra de Talcott Parsons e Robert Bales (*Family, Socialization and Interaction Processes*, 1956) onde os autores ao delimitar o papel dos pais (homens) essencialmente ligado às tarefas *instrumentais* do papel diferente e *expressivo* das mães centrado nas emoções, parecem em muito ter contribuído para “fundamentar a necessidade das diferenças nos perfis de personalidade de homens e mulheres e na deseabilidade social dos seus respectivos padrões comportamentais”. Há, assim, na análise de Talcott Parsons e Robert Bales “uma conceptualização que diferencia assimetricamente e hierarquicamente os papéis sociais desempenhados pelos homens e pelas mulheres”, sendo que esta perspectiva, em última instância “implica uma focalização na funcionalidade, pretensamente universal [...] das diferenças entre os sexos (Amâncio, 1994: 21).

As perspectivas sociológicas clássicas consolidaram, pois, a ideologia da necessária divisão entre as diferentes características dos sexos e, simultaneamente, a ideologia da necessária divisão entre o público (masculino) e o privado (feminino), em suma estas perspectivas institucionalizaram a ideologia de que as desigualdades entre os homens e as mulheres são algo de inevitável porque inscritas na *natureza humana*, no seu sexo e nas suas manifestações de sexualidade.

Foi difícil estabelecer uma ruptura conceptual com estas perspectivas essencialistas. Contudo, e a partir dos primeiros trabalhos sociológicos de teor feminista, fez-se uma distinção fundamental. A partir de então, o conceito de sexo foi usualmente assumido como apelando para “uma distinção dicotómica entre machos e fêmeas que está associada com diferenças fisiológicas” e o conceito de “género” foi predominantemente encarado como “um conceito cultural que está associado com e modifica ou suplanta as diferenças sexuais fisiológicas por envolver um processo de construção social” (Martín, 1994: 405). Uma ideia particularmente grata a Simone de Beauvoir Simone de Beauvoir que inicia o seu segundo volume da obra *Le Deuxième Sexe* (1976b: 13, original de 1949) escrevendo: “Não nascemos mulheres. Tornamo-nos. Nenhum destino biológico, psíquico, económico define a figura que reveste no seio da sociedade a fêmea humana; é o conjunto da civilização que elabora este produto

intermediário entre o macho e o que se qualifica de feminino”. Esta obra, a par de outras, abriu “uma verdadeira perspectiva de libertação”. E, se muitas vezes se diz que nos devemos libertar do discurso de fatalidade que sugere uma *inferioridade natural* na origem da história da condição das mulheres, discurso esse que está inerente nos escritos de Simone de Beauvoir, também prontamente se reconhece a importância desta autora no que respeita “a força com que se lutou contra a opinião que concebia todas as diferenças entre os sexos como revelações das respectivas essências masculinas e femininas que, enquanto essências, eram consideradas, como é de supor, invariáveis e universais” (Puleo, 1993: 13).

A distinção teórica entre o conceito de sexo e o conceito de género constitui, então, um dos mais importantes avanços na ampla e diversificada teoria feminista. Com esta distinção, desfizeram-se, pois, o que constituía até então as desculpas ideológicas para a manutenção da dominação masculina, nomeadamente a desculpa da *natureza sexual*.

A antropóloga Françoise Héritier (1996: 21-23) confessa que se esforçou por fazer compreender a diferentes auditórios, e por diversas vezes que, apesar de ser “materialista”, apesar de “partir verdadeiramente do biológico para explicar como se ergueram tanto as instituições sociais como os sistemas de representações e de pensamento, tinha a certeza que “as categorias de género, as representações da pessoa sexuada, a repartição das tarefas tal como as conhecemos nas sociedades ocidentais não são fenómenos com valor universal gerados por uma natureza biológica comum, mas sim construções sociais”. A propósito do “inato” biológico e do socialmente “adquirido”, a ciência neurológica dá respostas como a que António Damásio (1993: 8) deu, em Portugal, ao receber o Prémio Pessoa 92: “Nem tudo está nos genes [...] não somos só o produto da evolução genética, mas também o produto da evolução cultural”.

Não só mas também. Feita, pois, a distinção teórica entre sexo e género, um outro avanço teórico de grande importância é a que aposta numa não distinção dicotómica entre estes dois conceitos, uma distinção dicotómica que, em última instância, poderia opor “o social” e “o sexual” e, por isso, uma distinção novamente essencialista. Aliás, uma distinção total e efectiva entre sexo e género é “portadora de um risco duplo: o de deixar entender que o biológico, contrariamente ao social, é invariável, totalmente predeterminado, não modificável ao longo da vida; e o de esquecer que o biológico é ele próprio objecto de reelaboração psicológica e social” (Hurtig, Kail e Rouch, 1991: 14).

As perspectivas da reprodución social e cultural insistem fortemente nas dinâmicas sociais que reproducem a desigualdade entre homens e mulheres. Nos seus conhecidos escritos sobre *A Dominação masculina*, Pierre Bourdieu (1990) e (1999: 71) defende ser necessário “reedificar a história do trabalho histórico de deshistoricização ou, se se preferir, a história da (re)criação continuada das estruturas objectivas e subjectivas da dominação masculina que se realizou de modo permanente, desde que há homens e mulheres, e através da qual a ordem masculina se viu continuamente reproduzida de época em época”. O autor (1994: 12) diz mesmo: “Basta estar atento aos pormenores, aparentemente insignificantes, dos comportamentos quotidianos para ver que a divisão tradicional das tarefas é constantemente reactivada, pois está inscrita nas disposições inconscientes dos homens e também das mulheres”. E, o mesmo autor (1996: 29) reitera: “existe uma certa constância das estruturas simbólicas sobre as quais repousam as nossas representações da divisão do trabalho entre os sexos”.

Feitas as observações, e tendo em conta o que elas têm de pertinente uma vez que as mesmas enfatizam os meios pelos quais se reproduz, num ciclo quase vicioso, as características básicas da estrutura social de uma sociedade estratificada e assimétrica em termos de poder, não será necessário dizer que se as “realidades” são socialmente construídas elas também podem ser socialmente desconstruídas? Não será necessário esclarecer os limites do “construtivismo estruturalista”? Henry Giroux (1986: 106-125-147) fê-lo, dentro das perspectivas da pedagogia crítica, quando diz que à análise de Pierre Bourdieu “falta a noção de que a cultura é tanto um processo estruturador, quanto transformador” e que, em última instância, estes enfoques da reprodução “ainda permanecem situados dentro de uma problemática que em última instância apoia ao invés de desafiar a lógica da ordem vigente [porque] noções tais como as de luta, diversidade e acção humana ficam perdidas em uma visão reducionista da natureza humana e da história”. As perspectivas da pedagogia crítica contribuíram, pois, para fazer perceber que “o poder nunca é unidimensional; ele é exercido não apenas como um modo de dominação mas também como um acto de resistência ou mesmo como uma expressão de um modo criativo de produção cultural e social fora da força imediata de dominação”.

No mundo ocidental, os estudos e os movimentos feministas tornaram-se constitutivos de constantes e novos discursos reivindicativos e resultaram numa “nova economia dos poderes femininos” (Lipovetsky, 1997). No entanto, não pode deixar de

se questionar alguns destes estudos e movimentos, sobretudo nas suas ênfases polémicas de radicalização.

Pois, os estudos (nomeadamente feministas) que abordam a problemática das relações sociais de género enquanto relações de poder, ora viram o poder enquanto manifestação jurídica na qual se tem de penetrar para o alcance de direitos em igualdades de circunstâncias (feminismo liberal), ora associado aos conceitos de divisão sexual do trabalho e por isso associado à força impositiva que a esfera pública produtiva masculina exerce sobre as mulheres (feminismo socialista e marxista), ora como sendo pura e simplesmente propriedade dos homens, exercido sobre as mulheres e legitimado por diferenças inscritas na sexualidade (feminismo radical).

Digamos, pois, que o feminismo liberal valeu-se dos princípios básicos da doutrina liberal e encarou-os como instrumentos de luta para a criação de condições sociais e materiais da emancipação feminina e, desta forma, socorreu-se de um tipo de poder que pensava que o direito lhe concedia através da delimitação de permissões e proibições, de direitos e deveres (determinismo jurídico). O feminismo socialista e marxista irá associar o poder, em grande medida, aos conceitos de divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e não produtivo, relações de produção e reprodução, advertindo que nos mais variados contextos sociais os homens exercem poder sobre as mulheres, principalmente, pela sua inserção na esfera dita produtiva (determinismo económico). O feminismo radical viu o poder como sendo propriedade dos homens, exercido por eles sobre as mulheres e legitimado por diferenças inscritas em corpos sexuais universais e imutáveis. “O poder está na extremidade do falo”, dirão as feministas em Maio de 68 (determinismo biológico).

As teorias feministas mencionadas, então, embora bastante distintas entre si, abordam essencialmente a questão de como se mantêm e reproduzem as relações assimétricas de poder entre os homens e as mulheres engendradas pelas forças racionalizadoras dos sistemas jurídicos, económicos e biológicos, raramente existindo a preocupação em assinalar como tais relações assimétricas podem ser alteradas, raramente convocando efectivas formas de resistência aos discursos dominantes sobre sexo, género, poder e sexualidade.

Os limites das grandes teorias sobre a opressão das mulheres e sobre o seu “não poder” ou sobre o seu “poder específico” que permeiam muitos estudos sociológicos (e

outros) devem, pois, ser reapontados e questionados uma vez que o conceito de poder, como algo unilateral, substantivo e masculino tem vindo a destituir as mulheres de poder. Estes tipos de estudos, nomeadamente os estudos do “feminismo radical da diferença”, têm até convertido, de forma paradoxal, a passagem e a transformação dos “movimentos de ‘desnaturalização’ da diferença dos sexos” [através do conceito de género, por exemplo] a formas de “renaturalização”, sobretudo os que insistem no “ressurgimento em força do determinismo biológico” (Hurtig, Kail, Rouch, 1991: 20).

O biológico e o social estão em interacção, sexo e género estão em interacção, perfigurando uma constelação de relações sociais e de sexualidades que não são únicas e simplesmente reportáveis a cada um dos sexos/géneros. Por isso, mais do que falar em sexo e/ou em género, isoladamente, e de forma dicotómica e bi-categorizante, urge falar em masculinidades e em feminilidades e nas inúmeras relações sociais de género, de poder e de sexualidade que no seio destas e entre estas se estabelecem. Isto porque masculinidades e feminilidades são categorias analíticas que não têm existência independente uma da outra. Mais, em qualquer pessoa, qualquer que seja o seu sexo, existem componentes de género, de sexualidade e de intimidade que se entrelaçam.

As relações sociais de género enquanto relações de poder e de sexualidade são, pois, múltiplas, plurais, difusas, diversificadas e estratégicas. Mudanças substanciais, temos de admiti-lo, têm emergido a partir das reivindicações sociais, integrando homens e mulheres, e das produções teóricas sobre as relações sociais de género como relações sociais de poder. A sexualidade, no âmbito destes movimentos, não se destina a ser descartada das análises sobre o género até porque ela é um dispositivo de produção de discursos e de verdades prolíficas e polimorfos e pode ser uma fonte de problematização das relações que as pessoas mantêm entre si (Foucault, 1994).

Michel Foucault (1997: 18-219), no âmbito do pós-estruturalismo, vai insurgir-se contra “a vontade de verdade” considerando-a uma “prodigiosa maquinaria destinada a excluir”. O “biopoder”, segundo o autor, tenta “fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeostasia, assegurar as compensações, em suma, instalar mecanismos de segurança em volta do aleatório inerente a uma população de seres vivos”. O “biopoder” origina uma sociedade gerida pelo peso normativo da regulação e da normalização dos comportamentos individuais e colectivos. É esta a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objectos e como instrumentos do seu exercício, um mecanismo posto em jogo pelos aparelhos e

instituições, nomeadamente as estatais, mecanismo que criou formas de estar, inscrições nos corpos e nas mentalidades e que, ao longo de vários séculos, foi impeditivo da emergência e da afirmação de outros poderes e de outras sexualidades, tratando-se, por isso, de um mecanismo tendente à dominação pela uniformização dos comportamentos.

Na verdade, nem as mulheres nem os homens são desprovidos de poder no que respeita o controlo sobre o seu corpo sexual e social. Vejamos que a posição do Estado nas políticas das relações sociais de género não está fixada e que existem tendências que apontam para mudanças na legitimação do patriarcado e da dominação masculina e mudanças na organização social e íntima da sexualidade. Para que outras mudanças substanciais possam surgir, e que estejam de acordo com as formas com as quais as pessoas pretendem viver as suas vidas, é essencial admitir que o poder não é um “atributo” ou uma estrutura fixa mas que, pelo contrário, ele está presente em todos os níveis do social e do íntimo e que o mesmo pode ser reivindicado e convocado (para os mais diversos fins, aliás).

Por isso, são então cada vez mais as vozes que reclamam *o regresso do político* (Mouffe, 1996a, b) e que defendem formas de “democracia radical”. A “democracia radical” consiste no desenvolvimento de uma focalização teórica e política viável orientada já não para formas processuais mas para alianças políticas alargadas, capazes de “contestar as concepções conservadoras hegemónicas da democracia” (Fraser, 1996: 203). Com a “democracia radical” propõe-se “a multiplicação das práticas democráticas” (Mouffe, 1996a: 18), tendo em conta que todos os discursos são políticos e válidos. Com a “democracia radical”, propõe-se a extensão do político a novos espaços políticos, a novos espaços de contestação, de luta e de resistência perante os poderes instituídos. A democracia radical, propiciando uma dimensão heurística da democracia, apresenta, simultaneamente, possibilidades únicas para a desconstrução das concepções e representações hegemónicas sobre o que é ser-se do sexo feminino ou do sexo masculino, sobre o que é ser-se homem ou mulher, sobre o que é a sexualidade admitida, sobre o que é ser-se cidadão ou cidadã.

O conceito de cidadania tem sido ampliado no sentido de favorecer uma participação efectiva dos actores, mulheres e homens, na esfera pública ou num *novo espaço público*. Este mesmo conceito também tem sido extendido ao âmbito da esfera privada, dita doméstica. A “cidadania íntima”, precisamente, apela para uma visão heurística da cidadania, uma cidadania plena de direitos e deveres e extensível a todos



os domínios políticos, incluindo o domínio da intimidade e o domínio da sexualidade. A sexualidade, é, então, “um ponto de transferência particularmente denso para relações de poder” (Giddens, 2001: 13).

A par da defesa da necessidade de extensão do político a novos espaços políticos e a novos espaços de participação partilhada, também a necessidade de ampliação dos contornos dos debates e conceptualizações feministas tem vindo a fazer-se sentir. Tendo sobretudo em conta os “novos movimentos sociais” (do início dos anos 80) a necessidade de reorientação das reivindicações feministas torna-se premente. E isto, porque “múltiplos eixos de diferenças” começaram a ser contestados no terreno da sociedade civil, eixos esses que não mais se podem reduzir ao “feminismo da igualdade” nem ao “feminismo da diferença” mas que se devem ampliar para a noção da existência de “múltiplas diferenças intersectáveis” (Fraser, 1996).

E isto, porque tanto o “feminismo da igualdade” como o “feminismo da diferença” reprimiram outros “eixos de subordinação tais como a classe, a raça, a etnia, a nacionalidade e a sexualidade”. E, pela supressão de todos os outros “eixos de subordinação”, que não fosse os do “género feminino”, suprimiram também “os homens”. A *supressão dos outros* não favorece a política feminista. “A política feminista deve ser entendida, não como uma forma de política independente destinada a realizar os interesses das mulheres, enquanto mulheres, mas sim como a busca de metas e objectivos feministas no contexto de uma articulação mais vasta de exigências” (Mouffe, 1996a: 119).

Os projectos feministas que não se apoiem em vivências partilhadas, indo para além dos dualismos e das dicotomias sexo/género, poder/não poder, sexualidade feminina/sexualidade masculina, igualdade/diferença, correm o risco de não poderem efectivamente proceder à desconstrução das hegemonias intelectuais que tanto reprimiram as mulheres e os homens e que aprisionam as pessoas em formas de vida por elas não decididas.

É que se reclamar a igualdade, por parte das mulheres, não trouxe automaticamente a igualdade, acentuar a diferença pode fazer com que a diferença verdadeiramente se institua a favor de uma nova desigualdade. Então, apenas poderemos escapar ao espartilho “fazendo a ruptura com as oposições binárias que formam a substância desse espartilho, reconstruindo assim a igualdade e a diferença no

quadro da diversidade [sendo que] esta reconstrução tem que tomar como objectivo primordial a criação das condições que facilitem o encontro das necessidades humanas e o exercício das responsabilidades do cuidar de forma a assegurar que todas as pessoas se possam desenvolver e crescer como cidadãos e cidadãs” (Lister, 1997: 99).

E, é assim que têm feito em alguns estudos sociológicos em que se denuncia a ideia de *gender* sempre que esta seja inscrita no singular e em que se procura reabilitar todas as formas minoritárias mas plurais da vida sexual. Na perspectiva *queer*, precisamente, pretende-se acabar com a oposição homem/mulher, sexualidade masculina/sexualidade feminina, mostra-se que doravante será necessário atender “às transgressões do sexo pelo género e do género pelo sexo” (Mathieu, 1991: 69 e 71), alerta-se para o facto de que “ser uma mulher e ser um homem muda de uma geração para a outra e difere consoante os contextos de análise”. E, se mulheres e homens não forem automaticamente comparados e diferenciados, pode chegar-se à conclusão, por exemplo, de que na suposta categoria de “género feminino” se encontram “homens-mulheres transexuais que são machos biologicamente intactos vivendo as sus vidas como mulheres sociais” e que na suposta categoria de “género masculino” se podem encontrar “mulheres constantemente passando por homens em mundos de homens”. É preciso, pois, “imaginar como o género pode ser desconstruído e como seria bom viver num mundo em que não se estivesse constantemente a ‘construir o género’” (Lorber e Farrell, 1991: 311).

Não existem espaços de feminilidades opostos a espaços de masculinidades. Feminilidades e masculinidades estão eminentemente em relação. Nesta sequência analítica, um novo avanço teórico tem doravante de ser considerado: é o que apela à necessidade de “desconstrução social do género” (Alvesson e Billing, 1997: 221). Isto porque o(s) género(s), afinal, tal como o(s) poder(es) e a(s) sexualidade(s) não são simples estruturas normativas para sempre definidas mas são sim relações que abrangem uma multiplicidade de configurações onde as feminilidades e as masculinidades, pela acção de desconstrução das dicotomias e pela repolitização do social e do íntimo, podem colocar em questão as diferenças que os hierarquizam e podem engendrar relações de poder outras que não lhes reduzam as suas hipóteses de vida. As relações sociais de género enquanto relações sociais de poder não são só relações que constroem, são também relações que capacitam (Rocha, 2006).

Bibliografía:

- ALVESSON, Mats e BILLING, Ivonne, Due (1997). *Understanding Gender and Organizations*. London, Sage Publications.
- AMÂNCIO, Lúgia (1994). *Masculino e Feminino - A Construção Social da Diferença*. Porto, Edições Afrontamento.
- BEAUVOIR, Simone de (1976a, b). *Le Deuxième Sexe I. Le Deuxième Sexe II*. Paris, Éditions Gallimard.
- BOURDIEU, Pierre (1990). "La domination masculine". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*. Nº. 84, pp. 3-31.
- BOURDIEU, Pierre (1994). "Feminismo, Neo-Feminismo e a Condição Feminina nos Anos 90 Uma Doce Violência". *Público*, 22 de Outubro, pp. 10-12.
- BOURDIEU, Pierre (1996). "Novas reflexões sobre a dominação masculina". M. J. M. LOPES, D. E. MEYER, V. R. WALDOW (Orgs.). *Gênero e Saúde*. Porto Alegre, Artes Médicas, pp. 28-40.
- BOURDIEU, Pierre (1999). *A Dominação Masculina*. Oeiras, Celta Editora.
- DAMÁSIO, António (1993). "O Cérebro não é um Computador". *Expresso* (13 de Março, p. 8).
- DURKHEIM, Emile (1989). "O Suicídio e a Anomia". M. BRAGA DA CRUZ (Org.). *Teorias Sociológicas. Os Fundadores e os Clássicos*. Vol. I. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 345-363. (Original de 1897).
- FOUCAULT, Michel (1994). *História da Sexualidade I. A Vontade de Saber*. Lisboa, Relógio D'Água Editores. (Original de 1976).
- FOUCAULT, Michel (1997). *A Ordem do Discurso*. Lisboa, Relógio D'Água Editores. (Original de 1971).
- FRASER, Nancy (1996). "Equality, Difference, and Radical Democracy". D. TREND (Edit.). *Radical Democracy. Identity, Citizenship, and the State*. London, Routledge, pp. 197-208.
- GIDDENS, Anthony (2001). *Transformações da Intimidade*. Oeiras, Celta Editores.
- GIROUX, Henry (1986). *Teoria Crítica e Resistência em Educação. Para Além das Teorias da Reprodução*. Petrópolis, Vozes.
- HÉRITIER, Françoise (1996). *Masculin/Féminin*. Paris, Odile Jacob.
- HURTIG, Marie-Claude, KAIL, Michèle e ROUCH Hélène (Edits.). (1991). *Sexe et Genre. De la Hiérarchie entre les Sexes*. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- LIPOVETSKY, Gilles (1997). *A Terceira Mulher. Permanência e Revolução do Feminino*. Lisboa, Instituto Piaget.
- LISTER, Ruth (1997). *Citizenship – Feminist Perspective*. New York, New York University Press.
- LORBER, Judith e FARRELL, Susan A. (Edits.) (1991). *The Social Construction of Gender*. Newbury Park, Sage Publications.

- MARTIN, Joanne (1994). "The Organization of Exclusion: Institutionalization of Sex Inequality, Gendered Faculty Jobs and Gendered Knowledge in Organizational Theory and Research". *Organization Articles*. Vol. 1(2), London, Sage Publications, pp. 401-431.
- MATHIEU, Nicole-Claude (1991). "Les Transgressions du Sexe et du Genre à la Lumière de Données Ethnographiques". M-C. HURTIG, M. KAIL e H. ROUCH (Edits.). *Sexe et Genre. De la Hiérarchie entre les Sexes*. Paris, Editions du Centre National de la Recherche Scientifique, pp. 69-80.
- MOUFFE, Chantal (1996a). *O Regresso do Político*. Lisboa, Gradiva.
- MOUFFE, Chantal (1996b). "Radical Democracy or Liberal Democracy?". D. TREND (Edit.). *Radical Democracy. Identity, Citizenship, and the State*. London, Routledge, pp. 19-26.
- PULEO, Alicia H. (1993). *La Ilustración Olvidada. La Polémica de los Sexos en el Siglo XVIII*. Madrid, Anthropos.
- ROCHA, Maria Custódia J. (2005) *Educação, Género e Poder. Uma Abordagem Política, Sociológica e Organizacional* <http://hdl.handle.net/1822/4683> (CDU 37.015.4 371) (tese de doutoramento – registos efectivamente efectuados em 2006)
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (s/d). *Émile*. Paris, Gallimard, Folio Essais.